

# **A resiliência agrária: perfis da agricultura familiar sob interações e impactos de empreendimentos capitalistas**

*Rodrigo Gonçalves de Souza*

## **RESUMO**

O presente trabalho discute a abrangência multiforme do campo social da agricultura familiar em englobar perfis de matizes mais pronunciadamente camponesas à mais empresariais. Dadas relações sociopolíticas e econômicas no território envolvendo os atores sociais do segmento suscitam respostas às respectivas pressões sobre suas possibilidades de reprodução social no espaço, para lhes reestruturar em uma forma de “pequenos empresários rurais”. Correlaciona-se essa discussão com a perspectiva da transformação socioespacial e a relação com a dinâmica de forças no espaço. Subsidiar-se o debate, nessa perspectiva, com uma revisão crítica no tratamento a que autores clássicos submetem a questão, dialogando com outras contribuições que podem dar novos matizes, como a problemática da “racionalidade” discutida por Max Weber. Reconhece-se fenômenos sociais que podem desencadear processos de campesinação/recampesinação, transformações, incorporações e/ou exclusões dos agricultores. Nestes processos destaca-se o papel pivô do Estado e de atores privados economicamente poderosos e fenômenos que impulsionam, orientam e produzem os contornos para a nova disposição social e institucional. A agricultura familiar, em seus diferentes perfis, atravessa os processos não passivamente, mas resistindo o quanto pode ao que lhe vulnerabiliza e buscando se adaptar às condicionantes, com o sucesso a depender da conjunção de fatores.

**Palavras-chave:** Agricultores, Metamorfoses, Poder Público, Mercado

## **ABSTRACT**

The present paper discusses the multifaceted range of the social field of family agriculture in encompassing profiles of shades more pronounced peasant to more entrepreneurial. Given socio-political and economic relations in the territory involving the social actors of the segment, they bring on responses to the respective pressures on their possibilities of social reproduction in space, to restructure them into a form of "small rural entrepreneurs". This discussion is interrelated with the perspective of socio-spatial transformation and the relation with the dynamics of forces in space. The debate is subsidized, in this perspective, with a critical revision in the treatment to which classic authors submit the question, dialoguing with other contributions that can give new hues, like the problematic of "rationality" discussed by Max Weber. Social phenomena are recognized that can trigger campesination/recampesination processes, transformations, incorporations and/or exclusions of farmers. In these processes be detached the pivotal role of the State and of economically powerful private actors and phenomena that drive, guide and produce the contours for the new social and institutional disposition stand out. Family agriculture, in its different profiles, doesn't crosses the processes passively, but resisting as much as it can to what is vulnerable to it and seeking to adapt to the constraints, with the success depending on the conjunction of factors.

**Keywords:** Farms, Metamorphoses, Public Power, Market

## Introdução

Ao se considerar as “interações”, entre o campo de atores sociais abrangido pela denominação de “agricultura familiar” (de diversas feições, como será explanado) com outros atores e processos políticos e socioeconômicos, deve-se ponderar enquanto afetando não apenas a estrutura produtiva quanto também a sociológica e antropológica; também tanto a relação com mercados como com os arranjos tradicionais de reprodução social e espacial. Envolvem-se unidades produtivas, ambiente de vida e organização social e econômica, os aspectos simbólicos da ação e reprodução social, as microrrelações de poder econômico, político e de ordem de padrões de comportamento socioeconômico e cultural.

Relativamente, as relações e inserções socioeconômicas e sociopolíticas podem se operar com mecanismos de exclusão, incorporação, reconfiguração, transformação, sinergia ou antagonismo. O Estado participa de diferentes nuances, desde indiretamente com os apoios e internalizações para estruturar atividades, cadeias e estruturas econômico-institucionais do agronegócio, políticas públicas fundiárias como a Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA), políticas públicas relacionadas à inserção da Agricultura Familiar em setores econômicos diversos como mercados institucionais ou ambiente privado de regulação pública, como o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).

A vida dos agricultores e das forças que se relacionam, emanam deles ou incidem sobre eles operam-se na espacialidade. Os agricultores e agricultoras, as unidades produtivas agropecuárias (agroextrativistas, pesqueiras, etc.) as firmas, os atores do poder público e privado, as infraestruturas, são elementos do espaço, seguindo o raciocínio de Santos (2012, pgs. 16-17). O que implica que é essencial, na reflexão sobre a caracterização das formas da agricultura familiar, considerar suas conexões com as estruturas da espacialidade, as inter-relações entre as partes desta totalidade, não meramente isolar dos demais elementos sociais, abstrair e categorizar. As unidades camponesas seriam subsistemas do sistema espacial correspondente.

(...) a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo (...) As variáveis ou elementos estão ligados entre si por uma organização, podendo funcionar a diferentes escalas. (...) Quando analisamos um dado espaço, se nós cogitamos apenas dos seus elementos, da natureza desses elementos ou das possíveis classes desses elementos, não ultrapassamos o domínio da abstração. É somente a relação que existe entre as coisas que nos permite conhecê-las e defini-las. Fatos isolados são abstrações e o que lhes dá concretude é a relação que mantêm entre si. (...) Pode-se falar também na existência de subsistemas, formados exatamente pelos elementos dos modos de produção particulares. (SANTOS, 2012, pgs 20-26).

## Procedimentos

Para se considerar as reconfigurações institucionais e econômicas de agricultores nestes processos, este presente artigo sugere a necessidade de se produzir um tratamento conceitual que discuta as nuances de um sistema agrícola caracterizadamente mais próximo do sistema agrícola familiar entre o campesino e o empresarial (vetor  $\langle \overset{\leftarrow}{a} \overset{\rightarrow}{b} \rangle$ ), e um sistema agrícola familiar mais próximo ao empresarial ( $\overset{\rightarrow}{b}$ ). Uma maneira de representar que estas feições não são mônadas<sup>1</sup> absolutamente distintas, mas podem contar em proporções variadas características no vetorial entre: familiar campesino  $\langle \overset{\leftarrow}{a} \overset{\rightarrow}{b} \rangle$  familiar empresarial.

Se fará, portanto, uma discussão teórica para situar o campo abrangido pela categoria “agricultura familiar” considerando uma amplitude de nuances compreendida, examinando as implicações analíticas pertinentes. Desta forma o artigo se propõe a contribuir para preparar o terreno para dimensionar os estudos representativos dos diferentes perfis e impactos da interação de atores do circuito maior do capital (especialmente do agronegócio) e o Estado com a agricultura familiar.

## Discussão

### **Características e realces na Agricultura Familiar: vetores de forças do camponês ao empresarial**

Dentre os impactos das interações de atores do capital e Estado com a agricultura familiar, incluem-se as transformações nas características da forma social dos sujeitos dos sistemas produtivos. Seja pelo impacto sofrido, seja pelas estratégias adaptativas, a forma de gestão do sistema agrícola, no manejo produtivo e administração econômica, e sua relação com a economia, sociedade, cultura e institucionalidades do meio mais amplo estarão sujeitas a passar por reconfigurações mais ou menos significativas.

Tal consideração suscita a necessidade de justificar como são representadas as variadas tipificações. Discute-se mais adiante alguns tratamentos na literatura que conferem possibilidades mais próximas aos objetivos da preocupação do presente trabalho. É importante destacar isto, pois há uma farta e prolífica literatura discutindo o que é campesinato e agricultura familiar, e a pretensão não é indicar os “vencedores” na discussão, mas clarificar o tratamento, que conceberá

---

<sup>1</sup>Conceito do filósofo Leibniz (1987), referente a uma “substância simples” metafísica, primária, indivisível, auto-centrada, sem extensão.

as variações fluidas entre as características e as particularidades sempre relativas.

A Lei 11326/06 delinea o público da “agricultura familiar” para políticas públicas específicas, considerando “agricultor familiar” e “empreendedor familiar rural” os atores sociais que se enquadrem em quesitos básicos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Lei 11.326/06).

Este instrumento legal foi “regulamentado” pelo Decreto 9064 de 31 de maio de 2017, que passa a se referir ao termo “Unidade Familiar de Produção Agrária” como o “conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele” (DECRETO 9.064/17). Regulamenta os critérios estabelecendo utilizar, no mínimo, quesitos: “metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento”.

Não obstante, a realidade campesina brasileira é sobremaneira mais multiforme e complexa do que se permite abrigar pela consideração e critérios do artigo da Lei. Considerando públicos diversos como pescadores e aquicultores tradicionais, silvícolas, agroextrativistas, etc., talvez até mesmo o conceito de campesinato, mais fecundo e amplo do que “agricultor familiar”, seja pouco para caracterizar tamanho polimorfismo de modos de vida e culturas do campo (MAZZETTO, 2007).

O desenvolvimento do enquadramento legal da categoria “agricultor familiar” se deu no bojo da discussão sobre linhas de crédito subsidiadas específicas para segmentos do campo e não aplicáveis a outros (por exemplo, outros de maiores dotações econômicas). Tacitamente, o próprio instrumento legal acaba por reconhecer isto, ao ampliar o enquadramento de “beneficiários” de políticas públicas com recorte de público dado pela Lei, no parágrafo 20, . No parágrafo 20, versando sobre silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais (o Decreto 9.064 referido dispensa “pescadores artesanais, de aquicultores, de maricultores e de extrativistas que desenvolvam tais atividades não combinadas com produção agropecuária” do

critério de quatro módulos fiscais, considerando a área do estabelecimento como “zero”).

Costa (1993) realiza uma problematização das características constituintes da agricultura camponesa pondo em paralelo as abordagens de Marx e Chayanov considerando a implicação destas para a análise do investimento na unidade de produção camponesa. Desta forma, faz um exame dos fundamentos microeconômicos da economia camponesa em Chayanov, oferecendo aportes para as problematizações deste artigo, como base para analisar diferenciações entre as tipificações. Considera a teoria chayanoviana da “Unidade Econômica Camponesa (UEC)” preconizando-a como com plena capacidade de se autodeterminar no processo produtivo, e funcionando com base em aspectos gerais; destaca-se aqui as mais pertinentes aos presentes fins a) ter a capacidade de estabelecer os objetivos e as estratégias para o equilíbrio entre consumo e penalidade do trabalho, ou seja, buscando atingir o grau ótimo de exploração do trabalho; d) A família sempre realiza um cálculo para decidir entre intensificar a exploração do trabalho ou introduzir mudanças tecnológicas, ou ainda procurar trabalho fora da UEC.

Para Costa,

De acordo com Chayanov o emprego de uma unidade adicional de trabalho é vista pelo camponês como economicamente vantajosa sempre que o rendimento daí resultante possibilite o preenchimento do orçamento. Essa aplicação, todavia, só é considerada otimizada quando esse rendimento adicional foi obtido com o menor esforço possível. Aqui se pressupõe que para a unidade familiar camponesa o emprego de unidades adicionais de trabalho em confronto com a obtenção de unidades adicionais de rendimento não é avaliado indiferentemente (COSTA, 1993, p.10).

Se for possível internalizar inovações modernas, em mecanização e uso de equipamentos contemporâneos pelas unidades de produção familiar, elas superariam os limites desta definição? Não apenas levando em conta os equipamentos mais sofisticados e “robustos”, mas alguns adaptados ao agroecossistema que poderiam advir de políticas públicas de subsídio que se fizessem acessíveis à unidade de produção, ainda que decorrente destas surgissem novas necessidades de geração de lucro para arcar e custear novas obrigações e riscos? Inovações ou novos conhecimentos técnicos alterariam o rendimento por unidade de tempo de trabalho aplicado ou mesmo o feitiço do trabalho aplicado, porém a relação de capital/obrigações da família pode se tornar favorável ou desfavorável para a reprodução da unidade.

O cenário contemporâneo impõe desafios a reprodutibilidade da unidade de produção: membros da família cujo tempo despendido fora da unidade de produção seja maior, como filhos na escola (que podem decidir continuar os estudos e exercer profissão diferente); labor em obras públicas; serviços como agente de saúde, ou no comércio e outros em aglomerados “rururbanos”.

Dentro dos parâmetros da discussão de Costa, pode-se depreender que interações com políticas estatais e com os agentes do do capital pressionarão para reconfigurar a relação camponesa com seus fatores de produção e suas avaliações e balanços para investimento.

Pode-se inferir do exposto uma relação entre os dois pontos apresentados, o que permitiria uma importante conclusão: para um número estruturalmente significativo das unidades camponesas há uma disposição a investir que funciona independentemente das condições cíclicas da economia como um todo ou mesmo dos movimentos conjunturais do mercado agrícola; a materialização desta propensão em investimentos reais, contudo, requer conjunturas favoráveis (COSTA, 1993, p. 14).

Custos de transação, riscos e necessidades monetárias contemporâneas entram na equação: Trabalho/ Terra + Capital = N° de Trabalhadores X Dias de Trab./ano X Hora de Trabalhadores por dia / Terra + Capital. A análise sobre forças condicionantes do investimento camponês que as descreve por “equações que expressem respectivamente a evolução da *insatisfação da família* com o seu *nível de consumo* e o seu *grau de fadiga e incômodo* para cada nova unidade de trabalho alocado” (Costa, 2002, p. 114) pode ser considerada parcial ou segmentária.

Os processos de metamorfose na unidade de produção provocam examinar analisar fronteiras fluidas entre investimento camponês, que problematizem o conceito de agricultura familiar e tratamento recebido em Abramovay (1992:), e camponês e empresário agrícola em Van der Ploeg (2008). Na perspectiva de Abramovay,

A agricultura familiar não é um fenômeno tão generalizado que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existentes, na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa. (p.19)

Esta perspectiva teria como contrapeso o estudo mais sociologicamente matizado de Halamska Lamarche,

[...] os modelos de modernização do campesinato foram elaborados a partir das observações provenientes da área civilizadora europeia. [...]Podemos admitir, no que diz respeito às variáveis consideradas, que o estabelecimento familiar moderno funciona sensivelmente como estabelecimento de tipo camponês, com mais técnica e mais necessidades. (LAMARCHE, 1998, p. 252-253 e p. 314).

De acordo com a preocupação presentemente expressa, de considerar que há variações de tipologias, em uma escala fluida, entre o mais “expressivamente camponês” e o mais “expressivamente empresarial” em torno do mesmo campo de tipificação “agricultura familiar”,

considera-se que os caracteres gerais formadores advindos no estudo realizado no âmbito do convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o órgão estatal brasileiro Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) são extremamente propícios. O estudo norteia-se em um fundamento metodológico que, ao se buscar construir um conceito, preocupa-se em delinear aclarando ante ao que estaria fora dele. O que seria “agricultura familiar” e seus termos limítrofes ante ao que seria “agricultura não-familiar”?

#### *Caracterização/Descaracterização. Especificidades/Similitudes*

A amplitude do estabelecimento rural foi considerada a partir da preocupação em ser “determinada pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe”. O foco operacional angariou consistência nas definições do estudo, com um cálculo referente ao número de Unidades de Trabalho Contratada (UTC), considerando o valor total das despesas com mão de obra contratada, pagamento de serviços de empreitada com fornecimento só de mão de obra, regionalizando as delimitações das amplitudes computando o valor do custo médio anual de um empregado no meio rural relativo às diárias e dias úteis anuais, e operando dividindo o valor total das despesas com mão de obra contratada por isto.

Os questionamentos a que se submeteu a discussão de Costa são ponderados no procedimento do estudo em não considerar como despesas com mão de obra os gastos com aluguel de máquinas e implementos agrícolas, equalizando com a consideração de que em países mais desenvolvidos essas contratações por empreita serem uma característica pronunciada nas das unidades familiares que correspondem a outras características da conceituação, recurso que “permite às unidades familiares superarem a escassez de mão de obra e restrições de escala sem romper com sua natureza familiar” (GUANZIROLI, BUAINAIN, SABBATO, 2012).

A metodologia do estudo então possibilitou estratificar o universo da Agricultura Familiar em termos de renda e capitalização, sem incorrer na postura de Abramovay de determinar a descaracterização da identidade camponesa por uma pressuposta suscitação em arbitrar decisões do sistema produtivo com maior escopo do cálculo econômico dos mecanismos de preços. O parâmetro foi propiciado pela comparação da “renda auferida pelo produtor nas atividades do estabelecimento com o custo de oportunidade da mão de obra familiar, que pode ser definido, genericamente, como o valor da remuneração paga a um diarista na agricultura”, considerando aí a centralidade do fator de produção “trabalho” (GUANZIROLI, CARDIM, 2000,

p.40).

Adequa-se à observação arguta de Wanderley

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet) na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão (2004, p. 48).

O problema da descaracterização camponesa também foi contornado com acurácia ao se avaliar o **Grau de Especialização**, o **Grau de Integração ao Mercado** e as **Formas de Relações de Trabalho**. O **Grau de Especialização** foi calculado como a relação percentual entre o **valor da produção do produto principal e o valor total da produção colhida/obtida (VBP)** do estabelecimento. O **Grau de Integração ao Mercado** foi obtido pela relação percentual entre o **valor da produção vendidas e o valor total da produção colhida/obtida (VBP)** do estabelecimento. As **Formas de Relações de Trabalho** foram definidas de acordo com a utilização ou não de mão de obra complementar à de origem familiar do estabelecimento. Pois, se possibilita assim combinações alternadas entre estes parâmetros onde um ou dois estaria mais pronunciado do que outro(s).

Dentre as fronteiras estabelecidas para com o universo agrícola “não-familiar”, considerou-se se o percentual da renda obtida de atividades na propriedade, a proporção de trabalhos outros que não o da família, e o protagonismo e preponderância na administração da propriedade. Isto permite conceber unidades campesinas que se valham de cálculo econômico computando relações de mercado, ainda que esta racionalidade não seja a predominante a determinar a forma de se viver, os hábitos e a cultura na propriedade.

É na escala da proporcionalidade entre estes graus, até o limiar que se romperia se para classificar como “não-familiar”, que caracteriza a escala fluida já mencionada, entre a agricultura familiar de preponderância das feições camponesas para uma agricultura familiar de feições mais empresariais (o plural é para considerar as diferenciações internas, por fatores geográficos, históricos, culturais, etc.).

(...) o subespaço receptor é seletivo. As variáveis “modernas” não são todas recebidas e as variáveis recebidas não são necessariamente da mesma geração = repousa o fundamento não somente da diferenciação das paisagens na superfície do globo, mas também do comportamento dos subespaços, de sua tendência a manter relações e, aqui também, está a razão de sua individualidade e de sua definição particular (SANTOS, 2012, p. 51)

As pressões de uma mais íntima integração ao mercado, na dependência de comercializar ou adquirir produtos para a reprodução do sistema agrícola, produzem um choque de racionalidades para com os sujeitos do sistema, as famílias, assim como a acentuação do grau de monetização do seu ambiente social mais imediato e as necessidades de custos que ele gera. A calculabilidade mercadológica impele a uma “racionalidade formal da ação econômica”, empregando-se novamente um termo weberiano. Max Weber a emprega para “designar a extensão do cálculo ou contabilidade quantitativa tecnicamente possível e de fato aplicado”.

Um sistema de atividade econômica será considerado 'formalmente' racional segundo o grau em que a provisão das necessidades, essencial a qualquer economia racional, for capaz de se expressar em termos numéricos, calculáveis, e que assim for expressa. Em primeira instância, é completamente independente da forma técnica que esses cálculos venham a assumir, particularmente se as estimativas forem expressas em dinheiro ou espécie. O conceito assim é unívoco, pelo menos no sentido de que a expressão em termos de dinheiro rende o mais alto grau de calculabilidade formal. Naturalmente, mesmo isso é verdade relativa, visto outras coisas serem iguais (1991, p.71).

De acordo com Sell (2012) a racionalidade em Weber “refere-se a objetivos ordenados em relação a um sistema consciente de significados e valores”; (...) “a racionalidade tem a ver com sua institucionalização social” (p. 157).

Webber situa seu uso do termo “racionalidade” no âmbito da sua interpretação da ação social que remete, por sua vez, à “relação social” (1991, pg.16). O autor entende a “relação social” como “o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de atentes e que se orienta por essa referência”. Prossegue enfatizando que “consiste” na “probabilidade de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido)” (1991, pg 16, grifos do autor). O autor antes pontuara que a “ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado presente ou esperado com futuro” (1991, pg. 15).

É indispensável frisar que Weber pondera que só “muito raramente a ação, e particularmente a ação social, orienta-se exclusivamente de uma ou de outra destas maneiras” (pg.16), o que é extremamente importante diante da tônica deste artigo em se pensar uma caracterização fluida da agricultura familiar.

Nas nuances da caracterização e diferenciações dos segmentos do campo, segundo Ploeg

Na mesma e única situações homogênea (os preços relativos dos fatores de produção são os mesmos para todos, sem exceção, as novas tecnologias são acessíveis a todos, etc.), existem, apesar de tudo, trajetórias altamente divergentes de desenvolvimento agrícola. [...] as inter-relações entre as unidades agrícolas e os mercados de fatores de produção são igualmente importantes. A questão é que o segmento empresarial seguirá

estritamente a lógica subjacente aos mercados de trabalho, capital, e de terras, precisamente porque está fortemente integrado e dependente desses mercados. Nas realidades camponesas, estas inter-relações são estruturadas de forma distinta, em parte devido à lógica (ou estratégia) utilizada (2008, pg. 141).

Não há aqui uma sugestão implícita de graus de hierarquização entre as racionalidades. Seria cair num apelo muito simplificador considerar estas “modernizações” incitadas pelas relações econômicas mercadológicas como mais “racionais” e “objetivas” superando as subjetividades valorativas tradicionais que, em outros termos weberianos se caracterizariam como,

ações de pessoas que, independentemente do custo para elas mesmas, agem para pôr em prática sua convicção do que lhes parece ser exigido pelo dever, a honra, a busca da beleza, chamado religioso, lealdade pessoal ou importância de alguma 'causa' não importa em que consista [...] ação racional valorativa” que “sempre envolve 'comandos' e 'exigências' que, na opinião do ator, o obrigam (WEBER, 1991, p. 71-72).

É mister frisar que construção destas racionalidades valorativas os agricultores engendraram estratégias adaptativas e de resiliência ante vicissitudes desafiantes para sua reprodução social na sua localização<sup>2</sup> no espaço, não sendo então simplesmente derivados de uma tenacidade incondicional.

Ocorrem disputas entre apelos semiológicos, com componentes valorativos embutidos, com novos construtos simbólicos buscando substituir, ressignificar ou reformular os signos tradicionais para motivar a ação social coerente com suas demandas e escalas de prioridades de decisões. Substancial às próprias relações mercantis que, à primeira vista, aparecem como eminentemente cálculo tecnificado, abrange-se realidades diversas como tratadas na análise do “fetichismo da mercadoria” em “O Capital” de Karl Marx,

[...] os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho quando os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito destas relações de intercâmbio no mercado. (...) A estes últimos [i.e., produtores], as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem com aquilo que elas são [...] isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (1996, pp 217-220).

Estas forças econômicas estão imersas em um campo poder e semiologia sociopolíticos, consideramos aqui, ainda dentro da tipologia de Manuel Castells, que a expressão camponesa na agricultura familiar se constitui como uma “Identidade de resistência”, que, segundo ele, se caracteriza por ser “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas

---

<sup>2</sup>Segundo SANTOS (2012, p. 13), localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar.

e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação” (1999,p.25). A estes apelos e a esta vulnerabilização ao mercadológico como primazia para a ação social racionalidade, a expressão camponesa reage.

Múltiplas ocupações, mantendo ao mesmo tempo residência rural e urbana, transbordando mercados de trabalho, os camponeses tornam-se de problemática definição. Influências do Estado e do mercado têm permeado suas sociedades e a natureza da família camponesa e da comunidade local tem se modificado. Numa situação de mudanças constantes e rápidas, camponeses desaparecem e então reaparecem como se por um passe de mágica. A direção da mudança confunde e seu ritmo rápido provê pouco tempo para a análise sincrônica. Os processos de transição dos camponeses são mais complexos (BRYCESON, 2000, p. 30).

### **Empreendimento Campesino**

Apreende-se daí um processo notável para iluminar a discussão. Tome-se uma ilustração emblemática. Na realidade do campo brasileiro, gerações de trabalhadores rurais sem-terra, que tiravam seu sustento não de cultivarem para si mesmos, mas vendiam sua força de trabalho para grandes proprietários, engajaram-se na luta pela terra e experimentam um período de produção coletiva (Kunzler & Wizniewsky, 2012; Mendonça, 2004) muitas vezes combinado com atividades fora da propriedade - as “empreitas”-, tal como suas experiências e habilidades adquiridas na vida, para atender minimamente necessidades não providas pelo cultivo comunitário na situação precária. Muitas vezes obtêm uma formação laboral incrementada do lúdico, como em mutirões; neste processo de transição do acampamento ao assentamento não raro passam por um processo de aguda provação com desistência de companheiros e perseveraram unidos. Ploeg (2008, p.137) adverte que um “erro frequentemente cometido é a interpretação da centralidade da artesanidade na agricultura de característica camponesa como uma expressão de um comportamento não-econômico”.

Com falta de alteridade no procedimento metodológico algum observador poderia considerar que estes atores são “acomodados”. Contudo, imputam diversas variáveis no cálculo econômico, coadunando dentro do possível com orientação por valores finais sobre o modo de viver. Estimam a carência e necessidade do agroecossistema, sobretudo do solo, para se aventurarem em uma empreita para a qual estão vulneráveis e necessitariam de gastos além das possibilidades, que implicariam em riscos e dívidas ameaçadores para assegurarem sua permanência – a quitação dos créditos.

Sua atividade produtiva não necessariamente deixa de visar a comercialização, mas também é uma garantia para arcar com despesas imprevistas ou para garantirem a quitação das

responsabilidades. Compensam com o trabalho fora da propriedade, sem vínculo de forma a comprometer o trabalho dentro da propriedade. Possuem aspirações e ambições, para as quais ponderam mas empreendem avançar, computando também a carência de que a margem de retorno é possibilitada mais solidamente ao se conseguir a cooperação de mais famílias no empreendimento. Considera-se a qualidade de vida rural e o propiciar de atendimento de atividades com menor necessidade de monetização e consequente sujeição a busca de meios para arcá-la, como fatores de medida da satisfação na unidade produtiva, na terra como meio de vida.

Com estes fenômenos pode-se inferir uma formação “campesinadora”, uma configuração de uma lógica camponesa que possui elementos em comum com a discussão de Costa com base em Chayanov, mas a transcende em aspectos importantes como a determinação da consideração quanto à herança continuada da exploração da atividade pela linhagem familiar o fator primaz de cômputo e motivação. Vê-se reafirmada a proposta de considerar variações dentro do campo da identidade conceitual “agricultura familiar”.

Propõe-se, todavia, o cuidado em considerar variações fluidas desta entre expressões relativamente de preponderância camponesa a uma forte tendência empresarial. A preocupação se contempla com os aportes proporcionados por Ploeg (2008, p. 39-63), com tonalidades mais gerais e menos rígidas e de fronteiras relativamente mais diáfanas, onde o autor discute campos conceituais para “Agricultura Camponesa”, “Agricultura Empresarial” e “Agricultura Capitalista”:

- Agricultura Camponesa

Multifuncionalidade, mão de obra fundamentalmente familiar (ou mobilizada dentro da comunidade rural através de relações de reciprocidade); produção orientada: mercado e reprodução da unidade agrícola e da família. Tendências fundamentais:

- Coprodução

Diz respeito à interação e transformação mútua constantes entre o homem e natureza viva. Reciclagem de recursos naturais no sistema agrícola. Base de recursos autocontrolada.

- Padrões de relações mercantis como formas que permitem a autonomia

As relações com o mundo exterior – seja com mercados, agências de mercado, autoridades políticas, bandidos ou padres – são construídas, mantidas e alteradas de acordo com os repertórios culturais locais que se centram na questão da desconfiança e, consequentemente, levam à construção de autonomia. [...] O envolvimento em relações de dependência, mesmo quando estas podem ajudar a construir algo que pareça impressionante, viril, e poderoso, é visto com profunda desconfiança.

Uma vaca de grande rendimento será um reflexo de estratégias de criação de animais e competências altamente bem sucedidas dentro da unidade agrícola e de redes ativamente mantidas com outros agricultores que estão providenciando ‘sangue novo’? Ou isso será

um resultado da aquisição dispendiosa de gado criado em outro lugar, com altos níveis de insumos de concentrados caros, despesas elevadas em veterinários e uma menor longevidade? Será que uma grande unidade agrícola de sucesso é construída sobre dívidas elevadas e, por isso, enfrenta altos custos financeiros? (PLOEG, 2008, p. 43-44).

#### - Sobrevivência

Reprodução e melhoramento esperado da própria existência: em algumas situações, a autossuficiência implica que a produção seja, em primeiro lugar, para consumo próprio. Em outro conjunto de situações, se refere à capacidade de cumprir as condições impostas por bancos, grupos agroindustriais e pelo Estado que se torna decisivo para a sobrevivência.

#### -Pluriatividade

Forma de suplemento da renda, que muitas vezes serve para obter fundos para investir no sistema agrícola, com mais autonomia e menos risco do que se fosse obtido via mercado de crédito.

#### - Padrões de Cooperação

- Acordos mútuos, mutirões, serviços.

- Agricultura do tipo empresarial

Baseada, essencialmente (mas não exclusivamente) em capital financeiro e industrial. Expansão realizada basicamente através do aumento em escala. Produção altamente especializada e completamente orientada para o mercado. “[...] No modo empresarial, o mercado é, acima de tudo, um princípio orientador. Tecnologias disponíveis que definem a escala das operações”. (PLOEG, 2008, p. 137).

- Necessidades para reprodutibilidade social da condição empresarial nas unidades produtivas:

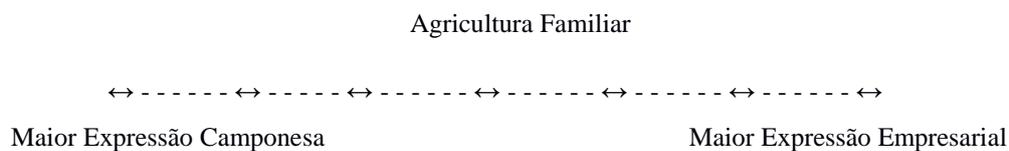
1 – Preços relativamente estáveis, evitando flutuações abruptas, uma vez que as unidades agrícolas empresariais requerem grandes investimentos devido à sua dimensão, estrutura e expansão acelerada. Isso apenas poderá ser realizado quando existir alguma estabilidade em longo prazo nos preços pagos aos produtores. Com demasiada turbulência, o planejamento, os investimentos e a expansão continuada se tornam difíceis, se não mesmo impossíveis.

2 - Os níveis de preços têm de possibilitar uma margem positiva entre os custos e os benefícios

3 – Os mercados têm de ser estruturados de forma a evitar aumentos súbitos nos custos, nas taxas de juros e no preço de energia, etc.

Agricultores empresariais tornam-se ativamente dependentes dos mercados (especialmente de insumos), enquanto camponeses tentam distanciar suas práticas agrícolas desses mesmos mercados por meio de uma multiplicidade de mecanismos. (PLOEG, 2008, p. 61).

Com as contribuições da presente discussão, os elementos da literatura comparada e a inspiração da ilustração emblemática anterior e o discernimento gerado com a contribuição do panorama traçado por Van der Ploeg, presume-se estar-se munido de princípios e critérios gerais para analisarmos as constatações dos perfis e resultados de interações entre as estruturas econômico-institucionais para com a Agricultura Familiar. Se infere, quando for o caso, as transformações e reações destas num parâmetro de escala conforme abaixo ilustrado:



### **Histórico e Bifurcação do Sistema Integrado - Uma ilustração para um processo de interação excludente**

[...] o espaço é a dimensão *social* não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade. Trata-se da esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as suas formas – diversidade, subordinação, interesses conflitantes (MASSEY, 2006, p.98, grifo da autora).

Será produzida uma breve recapitulação do histórico do arranjo integrador, da experiência no oeste catarinense, a partir do trabalho Colletti e Lins (2010), até o caso do mais recente sistema integrado da Associação dos Granjeiros Integrados em Terminação e Produção de Ovos, Frangos e Suínos (Aginterp) com a com a integradora BRF - que é resultado da fusão da Perdigão com a Sadia -, na região do sudoeste goiano. Se propiciará um panorama da transformação das estruturas deste sistema e as respectivas pressões sobre a agricultura familiar.

O sistema agroindustrial do oeste catarinense emergiu na década de setenta sob forma de múltiplas atividades nas unidades produtivas familiares, com produção de milho e avicultura associada à suinocultura, as empresas fornecendo os pintos, rações, assistência técnica e medicamentos, com os produtores entrando com a mão de obra na gestão produtiva, os equipamentos e instalações, com baixa escala de insumos e externalidades positivas sobretudo derivadas do uso do adubo derivado dos aviários. Até os anos oitenta era o formato denominado “ciclo completo”, com a venda de animais, suínos e aves prontos para o abate, e busca dos produtores de reciclagem de produtos para incrementar os ganhos econômicos de seu sistema

agrícola.

A partir da década de 1990 processaram-se transformações estruturais que desembocaram em um novo sistema, chamado de “parceria”. É onde a agroindústria fornece também os animais sob forma de comodato, remunerando de acordo com a produtividade a partir daí sob critérios internos à agroindústria por desempenho (regrados pela eficiência e padronização e investimentos especificados) e uniformidade da produção. Os produtores passam a ser fiéis depositários dos itens lhe fornecidos, assumindo os riscos quanto às externalidades dos dejetos e compromissos de atenderem exigências crescentes de escala mínima de produção (para a qual se exigia uma estrutura de abrigo para no mínimo cinquenta matrizes de frango e de engorda para no mínimo 100 suínos por mês). Situa-se neste processo o acentuar da concentração da produção e exclusão de famílias.

O quadro agravou-se com o problema com os dejetos suínos acompanhando o aumento da produção. Anteriormente havia maior distribuição espacial para o manejo dos mesmos no momento antecedente aos plantios; com o crescimento da escala de produção, o volume das bioesterqueiras não mais comportavam levando a potenciais extravasamentos das esterqueiras durante as chuvas. O mal-estar nas residências era grande devido o aumento do odor pelos gases produzidos. Todos estes dispêndios eram suportados pelos produtores familiares sem o auxílio de uma linha de crédito ou política pública para lhes darem condições. Mesmo a confiança na garantia de sustentabilidade ante as crises fora minada, com quebras de contrato por iniciativas das agroindústrias (MIELE e WAQUIL, 2007).

Pode-se apreender que no decorrer da dinâmica socioespacial e sócio-temporal deste sistema, estabeleceu-se um transcurso de **transformação** nas unidades produtivas familiares, sob pressões ao sentido de uma agricultura familiar de expressão mais empresarial, implicando em afunilamento no número de unidades produtivas familiares incluídas. Ante as dificuldades sociais, econômicas e infraestruturais para se constituir aquilo que o sistema passou a demandar, uma agricultura empresarial em propriedades de escala familiar, os complexos agroindustriais buscaram novas estruturas.

O espaço passa a ser modelado segundo os mesmos critérios de eficiência e racionalidade que comandam o processo técnico-científico. É um novo conteúdo social que vai se viabilizar e se concretizar numa nova estrutura espacial. O avanço técnico redefine as relações sociedade/espaço, criam-se novas formas espaciais e as anteriores se ajustam às novas determinações (BARBOSA, citado por SANTOS, 2004, p. 247).

Nas dependências do Instituto Federal Goiano, Campus Rio Verde, nos meados do ano de 2014, o presente autor assistiu a uma apresentação institucional da Aginterp e uma exposição

de seus argumentos de barganha para com a integradora BRF, que é resultado da fusão da Perdigão com a Sadia. A apresentação foi feita pelo senhor Edson K. Ishikawa, diretor executivo da associação. Ressalta-se que houve então uma performance semiológica, uma retórica de afirmação e auto-promocional para a empresa; todavia, desnudando sua leitura da realidade e suas perspectivas. Não é fortuito que em sua apresentação institucional, dedicam um escopo à afirmar sua responsabilidade social e ambiental.

Em 2000, fora criada uma comissão com 30 integrados, fundando a Aginterp em 2001 com 86 integrados e associados. Ishikawa destacou que em 2013, 40% dos integrados da Pif Paf do município de Palmeiras de Goiás se juntam à Aginterp (informação oral, 2014). Os responsáveis pela empresa avaliaram e decidiram que não compensava criarem uma cooperativa de integrados, pois necessitariam de um excedente de produção suficiente para a conversão do valor de comercialização desta a eles, e atualmente a corporação BFR absorve toda a demanda. Preferem assim do que correr o risco de competir no mercado.

Se acentuou na exposição que o quantitativo de integrados hoje está no limite; não se aceita a entrada de novas granjas. O “complexo agroindustrial saturou”. Só é possível a entrada se for através da compra dos ativos de um integrado, contando com anuência da BRF. Segundo o diretor técnico, então cerca de 30% dos integrados eram grandes produtores que produzem grãos além da integração, e 30% são dedicados totalmente à integração. Entre os produtores se incluem médicos, advogados, donos de concessionárias de carros, etc. (informação verbal). Abaixo um quadro constante na exposição institucional do modo como a empresa enxergava a perspectiva da integração com agricultores familiares e com os grandes produtores:

**Quadro1.** Visão da Aginterp sobre agricultores familiares e produtores “empresariais”

| <b>Modelos</b>            | <b>FAMILIAR<br/>(INICIO)</b> | <b>EMPRESARIAL<br/>(PRESENTE E FUTURO)</b> |
|---------------------------|------------------------------|--|
| <b>OBJETIVO</b>           | SUSTENTO                     | LUCRO                                      |
| <b>EXPECTATIVA</b>        | SOBREVIVER                   | AUMENTAR                                   |
| <b>TENDÊNCIA</b>          | DESAPARECIMENTO              | CRESCIMENTO                                |
| <b>GERAÇÃO DE RIQUEZA</b> | NEGATIVA                     | COMPARTILHADA                              |
| <b>GESTÃO</b>             | INEXISTENTE                  | PROFISSIONAL                               |
| <b>MÃO DE OBRA</b>        | FAMILIAR                     | PROFISSIONAL                               |

(ISHIKAWA, informação oral, 2014).

Engendra-se um discurso estereotipado sobre o sistema de produção sob a forma da Agricultura Familiar, que pela discussão já produzida neste artigo podemos ver o quão se

constitui inapropriada e simplista, usando um eufemismo polido. Chega-se a dizer que a gestão é inexistente e a geração de riqueza, negativa! (?) Como então pode sequer começar a existir, quanto mais permanecer existindo, algo que se encaixe nesta caracterização? Apresentam ainda sua leitura sobre os problemas que inevitavelmente acarretam a obliteração da viabilidade deste sistema:

**a) evolução tecnológica** – impossível de serem acompanhadas pelo pequeno produtor;

**b) aumento dos custos de transporte** – um número grande de produtores recebendo pequenas quantidades de ração e fornecendo pouca quantidade de matéria-prima para a agroindústria;

**c) o gerenciamento de grande nº de integrados** – com assistência técnica, e gerenciamento de centenas de diferentes contratos, eleva, os custos de transação;

**d) a poluição do meio ambiente** – principalmente pela contaminação das águas, já não possuíam área disponível para a utilização racional dos dejetos. (ISHIKAWA, informação oral, 2014).

Depara-se com um decurso de fenômenos encadeados de diversas propriedades que ocasionaram as barreiras supressoras para a reprodução social das unidades e comunidades de agricultores familiares do sistema integrador com a agroindústria, havendo progressiva descaracterização campesina da mesma. Buscando o escoar destes gargalos, bem como redução de custos de transação, produtivos e logística, a Perdigão instalara sua planta em Rio Verde com o Projeto Buritis. Recebera para isto o financiamento inicial de R\$90 milhões pelo BNDEs. Borges (2006) aponta ao nível estadual que,

No caso do FOMENTAR, a Perdigão em Rio Verde obteve um financiamento de 70% do ICMS por 15 anos, com cobranças de juros anuais de 2,4%, sem correção monetária. No total, foram cerca de R\$ 1 bilhão em compensação de ICMS. [...] Outro incentivo é a redução do ICMS de 7% para 3% nas transações feitas pelo setor de carnes (bovino, suíno, ave e peixe), beneficiando os produtores rurais, e os estabelecimentos frigoríficos, tais como a Perdigão (BORGES, p. 130).

Também, segundo França (2006), a prefeitura municipal cedera 2,5 hectares para edificação da SERP, terraplanagem, movimentação de terras e drenagem para o parque industrial. Falcão e Medeiros acrescentam também: isenção de IPTU e ISS por 15 anos; isenção de taxas de licença para localização, funcionamento e execução de obras por 15 anos. E no sistema estabelecido, segundo Borges, os produtores passam a se responsabilizar por

investir em instalações e equipamentos; fornecer mão de obra para a realização da atividade contratada; custeio e impostos; vender a produção para a Perdigão, de forma exclusiva, dentro de um padrão preestabelecido; seguir as orientações técnicas da empresa; adotar sistemas de controle da empresa; produzir a ração com *premix* da empresa; compra de sêmen da empresa, no caso dos integrados do SPL (2006, 157).

Na peça institucional da Agiterp, frisam que a região é caracterizada como de médios e grandes produtores. Em que se consiste esta caracterização? Em visibilidade e ressonância retórica? Em uma consulta em abril de 2017 no Sistema de Extratos de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) da Secretaria Especial de Agricultura e Desenvolvimento Agrário, constatou-se 1962 registros ativos no município de Rio Verde; 855 em Palmeiras de Goiás. 2817 unidades familiares, sem contar as que não possuem a DAP.

Verifica-se que, a partir de um histórico prévio de um processo que pressionava a Agricultura Familiar a passar de uma feição de alta marca camponesa para uma alta marca de agricultura familiar empresarial, desemboca num sistema de exclusão da própria agricultura familiar. Com recursos e riscos internalizados pelo Estado, o complexo do agronegócio se inseriu e evoluiu, com o sistema integrador avino/suíno da agroindústria, de uma estrutura que exigia certa plasticidade por parte da agricultura familiar, para uma interação com caráter eminentemente de *antagonismo e exclusão* para com a mesma.

## Conclusão

Os Agricultores e Agricultoras Familiares, as unidades familiares de produção, não se comportam passivamente neste fenômeno de espacialização do agronegócio (no sentido semanticamente multifuncional) ante a questão do Estado e sua responsividade; por vezes com pró-atividade pronunciada buscam se afirmar. Diante dos desafios que vão desde ao risco de desagregação, vulnerabilização até uma transformação de resultado inseguro, buscam se adaptar com seus meios e apresentam uma resistência que não significa resignação. Nem sempre são bem-sucedidos.

Difícilmente alguma conexão, interação e impacto de estruturas econômico-institucionais capitalistas na agricultura familiar, seja operando *mecanismos de exclusão*, seja *incorporação*, *metamorfose* ou *antagonismo*, se processa fora do esteio de ações e políticas pró-ativas do Estado, fomentando, arquitetando (institucionalmente, infraestrutura, estruturando mercado, suscitando a demanda, etc.), assumindo riscos ou externalidades, amparando instalações iniciais, etc. As operações estatais moldam processos e condicionaram as reações, planejamentos, expressões, comportamentos e funcionalidades dos atores em cada elo e escopo. Logo, a racionalidade com que o Estado delinea sua escala de prioridades e a configuração de suas ações é muito importante para a viabilidade da agricultura familiar, seja na expressão de maior

preponderância campesina, seja na de preponderância mais próxima da empresarial.

### **Bibliografia**

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas, HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992. 228p.

BORGES, R. E. **No meio da soja o brilho dos telhados: a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais**. 2006, 220p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação, Universidade Estadual Paulista (UNESP). Rio Claro (SP). 2006.

BRYCESON, Deborah et al. (ed.). **Disappearing peasantries? Rural labor in Africa, Asia e Latin America**. London: Intermediate Technology Publications, 2000. 352p.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra. 1999. 530 p.

Censo Agropecuário 2006. IBGE. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/2/notas\\_tecnicas.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/2/notas_tecnicas.pdf). Acesso em 14/07/2014

COLLETI, T. LINS, H. N. **Transformações na suinocultura do oeste catarinense e busca de alternativas na agricultura familiar: um redesenho das estruturas rurais da região?** 25 p. Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação de Pesquisadores em Economia Catarinense. 2010. Universidade do Extremo Sul Catarinense: Criciúma/SC.

COSTA, F. De A. **O Investimento na Economia Camponesa: Considerações Teóricas**. Paper do Naea Nº 08, Belém - Pará - NAEA, v. 1, n. 1, p. 01-45, 1993.

COSTA, F. de A. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia**. Belém, Naea: 2012. 310p.

DECRETO 9.064 de 31 de Maio de 2017. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm). Acesso em 09/06/2017

FRANÇA, L.R. 2006. **A reestruturação produtiva da avicultura de corte: Rio Verde (GO) e Videira (SC)**. Tese (Doutorado em Produção Animal). Universidade Estadual Paulista. Jaboticabal. 152p.

FALCÃO, J. F. N.; MEDEIROS, J. X. **Análise das vantagens do deslocamento da suinocultura integrada para a região Centro-Oeste: O caso do projeto Buriti da Perdigão**. In:

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA E GESTÃO DOS NEGÓCIOS AGROALIMENTARES, 3, 2001, Ribeirão Preto. Anais. Ribeirão Preto: Pensa, 2001. v.1. p. 1-10, 1CD-ROM.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF: INCRA/FAO, MDA, 2000. 74p.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. **Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006)**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr./jun. 2012.

Instrução Normativa nº 30 de 24/02/2006. INCRA. Disponível em <<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=1-74-23-2006-02-24-30>>.

Acesso em 18/07/2014

ISHIKAWA, E. K. **Palestra proferida pelo diretor técnico a pós-graduandos do IESA/UFG**. AGINTERP. Rio Verde/setembro de 2014.

KUNZLER, E.C. WIZNIEWSKY, C.R.F. **A produção coletiva do espaço no assentamento conquista da liberdade como base para o desenvolvimento sustentável**. RS: Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 7, n. 13, p. 267-290, fev., 2012

LAMARCHE, H. (coord.). **A Agricultura Familiar: do mito a realidade**. Campinas, Editora da Unicamp, 1998. 205p.

LEI Nº 11.326 de 24 de Julho de 2006. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/837541.pdf>>. Acesso em 09/06/2017.

LEIBNIZ, G.H. **Princípios de Filosofia ou Monadologia**. Edição da Imprensa Nacional – Casa da Moeda – Lisboa, 1987. 72 p.

MASSEY, D. **Pensamentos Itinerantes**. São Paulo: Terra Livre, ano 22, v. 2, n. 27, p. 93 – 100, jul./dez. 2006.

MARX, K. **O Capital**. Livro I, dois volumes. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 301p.

MAZZETTO, C. E. S. **Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato**. Revista do Departamento de Geografia e do programa de Pós-graduação em Geografia IGC-UFGM, v. 3, p. 46-63, 2007.

MENDONÇA, Y.V.S. **Assentamento rural: da propriedade privada à produção coletiva: o caso dos PA's Cupiúba e João Batista**. Belém: IPPUR/CESUPA, UFRJ, 2004. 92p. (Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)

- MIELE, M.; WAQUIL, P D. **Estrutura e dinâmica dos contratos na suinocultura de Santa Catarina: um estudo de casos múltiplos.** Estudos econômicos. São Paulo. v. 37, n. 4, p. 817 – 847, dez. 2007.
- PLOEG, J.D. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.
- SANTOS, M. **Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2004. 260p.
- SANTOS, M. **Espaço e Método.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 5ª ed. 1.reimpr. 2012, 120p.
- SELL, E.C. **Racionalidade e racionalização em Max Weber.** RBCS, v. 27, n. 79, junho/2012, p. 153-172. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v27n79/a10.pdf>> . Acesso em: 15/04/2017.
- WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Rio de Janeiro, In: Estudos Sociedade e Agricultura, 2003, nº 21, p. 42-62.
- WEBER, M. **Economia e Sociedade.** Brasília: EdUnB, 1991. Capítulo II: Categorias sociológicas fundamentais e da gestão econômica. 584p.

### **Sobre o autor:**

Rodrigo Gonçalves de Souza

Graduado em Agronomia pela UFMG, Mestre em Agronegócios pela UFG e Doutorando em Geografia pela UFG. Eng. Agrônomo da Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário da Casa Civil. [rodrisou@hotmail.com](mailto:rodrisou@hotmail.com)

*Artigo recebido em 10/06/2017*

*Aprovado em 10/08/2017*

Como citar esse artigo:

SOUZA, Rodrigo Gonçalves de. A resiliência agrária: Perfis da agricultura familiar sob interações e impactos de empreendimentos capitalistas. **Revista de Economia da UEG.** Vol. 14, N.º 1, jan/jun. 2017.